

Redes Pessoais Significativas de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em vulnerabilidade social

Mônica Sperb Machado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Caroline Rubin Rossato Pereira. Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Este estudo objetivou compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para a maternidade em famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social. Participaram dez mulheres com filhos(as) crianças, responsáveis por famílias cadastradas em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do Rio Grande do Sul. Aplicou-se um Questionário Sociodemográfico, uma Entrevista semiestruturada e o Mapa de Redes. Os dados foram tratados conjuntamente a partir da análise de conteúdo. Constatou-se que familiares, amigos(as), vizinhos(as), “patrões”/“patroas” e profissionais/serviços conferem apoio à maternidade. Destacaram-se funções como: ajuda material, companhia social, apoio emocional, guia de conselhos e regulação social. Ampliar o conhecimento das redes pessoais significativas pode fomentar práticas profissionais que as incluam nas intervenções.

Palavras-chave: ausência paterna; maternidade; pobreza; redes sociais.

Abstract

Significant Personal Networks of women responsible for monoparental families in social vulnerability. This study aimed to understand the dynamics of significant personal networks for motherhood in single parents in situations of social vulnerability. Ten women with children, responsible for families enrolled in Social Assistance Referral Centers (CRAS) of a municipality of Rio Grande do Sul, participated. A Sociodemographic Questionnaire, a semi-structured Interview and the Network Map were applied. The data were treated together from content analyze. It was found that family, friends, neighbors, “bosses”/“mistress” and professionals/services support motherhood. These included functions such as material help, social company, emotional support, advice and social regulation. Expanding knowledge of significant personal networks can foster professional practices that include them in interventions.

Keywords: father absence; maternity; poverty; social networks.

Resumen

Redes Personales Significativas de mujeres responsables por familias monoparentales en vulnerabilidad social. Este estudio objetivó comprender la dinámica de las redes personales significativas para la maternidad en familias monoparentales en situación de vulnerabilidad social. Participaron diez mujeres con hijos(as) niños, responsables por familias registradas en Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) de un condado de Rio Grande do Sul. Se aplicó un Cuestionario Sociodemográfico, una Entrevista semiestruturada y el Mapa de Redes. Los datos fueron tratados en conjunto a partir del análisis de contenido. Se constató que familiares, amigos(as), vecinos(as), “patrones(as)” y profesionales/servicios proporcionaron apoyo a la maternidad. Se destacaron funciones como: ayuda material, compañía social, apoyo emocional, guía de consejos y regulación social. Ampliar el conocimiento de las redes personales significativas puede promover prácticas profesionales que las incluyan en las intervenciones.

Palabras clave: ausencia paterna; maternidad; pobreza; redes sociales.

Transformações sociais, históricas e culturais, nas últimas décadas, resultaram na pluralidade de configurações familiares e em novas formas de funcionamento vivenciadas no interior das famílias. No contexto brasileiro, as famílias monoparentais femininas, ou seja, formadas pela mãe, sem cônjuge, responsável pelos filhos(as) de até 14 anos, compõem parte significativa deste cenário de diversidade. Em 2018, essas ultrapassavam 11 milhões de famílias no Brasil, conforme os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentre essas, cerca de 7,8 milhões eram famílias monoparentais lideradas por mulheres negras, sendo que 63% viviam com renda diária considerada abaixo da linha da pobreza. Quanto as 3,6 milhões de famílias chefiadas por mulheres brancas, 40% também vivia nessa situação (IBGE, 2018). Os números apontam para a precariedade que atinge muitas famílias monoparentais femininas, o que pode acarretar importantes desafios.

Estudos vêm construindo saberes sobre as famílias monoparentais femininas, identificando características e aspectos do seu funcionamento. Esses evidenciam as dificuldades vivenciadas pelas mulheres/mães ao assumirem sozinhas os lares e a educação dos filhos, na ausência do cônjuge, buscando conciliar as responsabilidades com a necessidade de trabalhar pelo sustento do lar (Carloto, 2005; Costa & Marra, 2013; Cúnico & Arpini, 2014a, 2016; Perucchi & Beirão, 2007; Pinto et al., 2011). Neste tocante, a condição de monoparentalidade tende a envolver maior complexidade e organização da rotina familiar.

Somado a esses aspectos, têm-se que muitas dessas mulheres e suas famílias vivem em situação de vulnerabilidade social, o que implica em outras peculiaridades. Conforme Yazbek (2001), a vulnerabilidade social corresponde à condição de pessoas ou grupos estarem mais suscetíveis a fatores desfavoráveis à qualidade de vida, devido a questões econômicas, educacionais, culturais, étnicas, políticas, de saúde ou de classe social. Esses fatores impactam o acesso e a garantia de direitos dos sujeitos, envolvendo, por exemplo, a fragilização dos vínculos de convivência, a proximidade ou vivência de situações de violência, a pouca estrutura das moradias e a falta de acesso a serviços públicos ou espaços de lazer (Fonseca, Sena, Santos, Dias, & Costa, 2013; Yazbek, 2001).

Famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social, portanto, vivenciam contextos permeados por fragilidades. Conforme o estudo realizado por Pinto et al. (2011), em Santos (SP), as histórias de vida das mulheres responsáveis por famílias monoparentais em vulnerabilidade social são marcadas por rupturas, violências e

exclusão social, sendo suas identidades maternas construídas frente a essas dificuldades. Contudo, ressalta-se que muitas famílias desenvolvem recursos e, também, resiliência nesse contexto, mantendo olhares positivos sobre a vida e o futuro, valorizando a união familiar e a presença de figuras de apoio, além do trabalho e do estudo (Yunes, Garcia, & Albuquerque, 2007).

Assim, as dificuldades atreladas à situação de vulnerabilidade social podem impactar o exercício das funções parentais e a saúde dos membros das famílias, tornando essencial a existência de redes de apoio à maternidade. No que concerne ao apoio recebido pelas famílias monoparentais femininas, destaca-se a importância das redes para o enfrentamento das privações financeiras e para a educação dos(as) filhos(as) (Perucchi & Beirão, 2007). A **não divisão** das funções parentais com um parceiro ou outras pessoas pode levar as mulheres responsáveis por essas famílias a assumirem múltiplas jornadas de trabalho a fim de suprir as necessidades do lar, sobrecarregando-as (Cúnico & Arpini, 2014a). Aquelas que contam com redes sociais de apoio podem apresentar comportamento materno mais adequado ao sentirem-se mais amparadas no exercício da função parental (Verza, Sattler, & Strey, 2015).

Conforme Hoghughi (2004), as redes sociais de apoio para a parentalidade referem-se à presença e ao envolvimento de, por exemplo, familiares, amigos(as), vizinhos(as), ou outros, sendo que as habilidades dos pais e mães podem ser aumentadas conforme a atuação e a capacidade de resposta das redes. Sobre redes sociais, Sluzki (1997) as compreende como a totalidade de vínculos com os quais um sujeito interage, sendo a rede pessoal significativa “a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade” (p. 41), podendo incluir família, amigos, relações de trabalho ou de estudo, além da comunidade. Esta rede pode atuar em momentos de crise ou contextos adversos, contribuindo ao bem-estar individual ou familiar (Sluzki, 1997).

A partir do exposto e considerando a insuficiência de estudos na literatura brasileira a respeito da temática, o objetivo deste estudo foi compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para a maternidade em famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social. Espera-se contribuir para o entendimento da dinâmica das redes por meio da investigação de quem as compõem, quais funções desempenham e seus impactos nas famílias, considerando que isso possa qualificar estratégias de intervenção profissionais e auxiliar mulheres/

mães responsáveis por famílias em situação de vulnerabilidade social.

Método

Participantes

Participaram 10 mulheres heterossexuais responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, com filhos(as) crianças e adolescentes, representadas neste estudo por letras. Sete consideravam-se de raça “branca”, duas “negra” e uma “parda”. As famílias das mulheres possuíam vínculo com algum dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do interior do Rio Grande do Sul. Destaca-se que as participantes foram identificadas por meio dos cadastros presentes nos serviços, caracterizando a amostragem como não probabilística e por conveniência (Oliveira, 2001), e que a coleta de dados obedeceu ao critério de saturação (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008).

As participantes possuíam idades entre 22 e 42 anos e baixa ou nenhuma escolaridade, sendo que apenas duas haviam completado o Ensino Médio. Suas ocupações variaram entre domésticas (5), do lar (3), cuidadora de idosos (1) e vendedora (1). A renda individual das participantes variou de aproximadamente um terço de um salário mínimo até igual a um salário mínimo, sendo que nessa estavam inclusos os ganhos provenientes de ocupação (6), bolsa família (6), pensão por viuvez (1) e/ou pensão de alimentos (4). Destaca-se que a classe social das participantes correspondia à Classe E (recebe até dois salários mínimos), conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e que o valor do salário mínimo brasileiro no período em que foi realizada a pesquisa (2018) era de R\$954,00.

Com relação às configurações familiares das participantes, sete famílias caracterizaram-se como monoparentais femininas simples, formadas pela mãe e seus filhos(as) sem a presença de um cônjuge; e outras três famílias, como monoparentais femininas extensas, formadas pela mãe, seus filhos(as) e outros adultos (em média três pessoas, parentes ou não) residindo no lar, mas sem o cônjuge, conforme a classificação proposta por Moreira (2013). As razões para a monoparentalidade incluíram a dissolução de suas uniões com os ex-companheiros (6), viuvez (2), abandono do lar por parte do ex-companheiro (1) ou situação de privação de liberdade do companheiro (1). As participantes possuíam em média três filhos(as) que residiam com elas e as idades deles(as) variaram entre 11 meses e 18 anos,

sendo a maioria crianças de até 12 anos. Do total de filhos nas famílias (30), 14 eram do sexo masculino e 16 do sexo feminino.

Delimitação e Procedimentos

O presente estudo possui delineamento qualitativo, dirigindo-se à compreensão do ser humano e suas relações, a partir dos significados que atribui às suas experiências (González-Rey, 2011; Minayo, 2014); e exploratório, por buscar um conhecimento aprofundado acerca de uma temática ainda pouco explorada (Gil, 2010). A partir das indicações dos profissionais dos CRAS, as mulheres foram convidadas a participar do estudo após apresentação e explicação do mesmo e formalizaram o seu aceite assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As coletas de dados foram agendadas individualmente e ocorreram em data e local escolhido pelas participantes, no período de fevereiro a junho de 2018. Com três mães as coletas ocorreram nas suas residências e, com as outras sete, nas dependências dos CRAS, tendo duração média de uma hora e 30 minutos.

Instrumentos

Cada participante deste estudo respondeu de forma individual a um Questionário Sociodemográfico, empregado com a finalidade de obter uma caracterização geral de si e de suas famílias. Então, as mulheres foram convidadas para uma Entrevista Semiestruturada sobre Redes Sociais e Maternidade, que permitiu a exploração da temática por meio de perguntas pré-estabelecidas pela pesquisadora, mas sem necessidade de restrição absoluta a elas (Minayo, 2014). A entrevista também subsidiou a construção do Mapa de Rede.

O Mapa de Rede (Sluzki, 1997) permite a identificação da rede pessoal significativa de um indivíduo, mediante uma representação gráfica. Sua estrutura representa as relações sociais (família, amigos, relações de trabalho e relações comunitárias, subdividida em sistemas de saúde e agências sociais) e a proximidade dessas (próximas, intermediárias ou distantes). A aplicação do Mapa permitiu a compreensão das redes enfocando sua organização e estrutura (tamanho, composição e nível de relacionamento) e as funções dos vínculos (companhia ou apoio social, apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos) (Sluzki, 1997).

Análise dos Dados

Os dados obtidos por meio dos instrumentos foram submetidos conjuntamente à Análise de

Conteúdo. Conforme Bardin (1977/2009), esta corresponde à procura por sentidos e compreensões comuns aos dados e à identificação de categorias. Em modalidade temática, a análise permeou três etapas: (1) Pré-análise: caracterizada pela leitura compreensiva do material transcrito e procura dos núcleos de sentido significantes, visando à elaboração do sistema de categorias; (2) Exploração do material: em que recortes das transcrições (unidades de registro) foram dispostos em tabelas para serem codificados em relação às categorias pensadas. Duas juízas independentes classificaram separadamente as unidades nas categorias e, posteriormente, desacordos foram sanados em conjunto e por consenso. Obteve-se o grau de concordância entre as juízas a partir do cálculo do coeficiente Kappa (87,1%); e (3) Tratamento dos resultados: caracterizado pela realização de inferências e interpretações.

Destaca-se que as categorias referentes à análise de conteúdo foram definidas *a priori*, a partir dos conhecimentos teóricos sobre a temática, mas sofreram modificações em vista da pesquisadora levar em consideração todos os elementos significativos surgidos na coleta de dados, correspondendo, portanto, ao *modelo misto* (Laville & Dionne, 1999). Os dados obtidos de forma gráfica nos mapas e os categorizados por meio da análise de conteúdo das entrevistas foram tratados em

conjunto, a fim de se elaborar uma síntese interpretativa articulada ao objetivo do estudo. Os resultados são apresentados através das categorias temáticas e de um mapa geral que contempla as redes das participantes.

Considerações Éticas

Os preceitos da Resolução nº 510/2016, que regulamentam as condições da pesquisa com seres humanos em ciências humanas e sociais, e da Resolução 466/2012, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), foram contemplados em todas as etapas deste estudo. Ademais, a pesquisa foi apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa de uma universidade pública de ensino superior, sob o número 81489417.9.0000.5346..

Resultados e discussões

Identificou-se uma pluralidade de sujeitos compondo as redes sociais significativas das participantes do presente estudo, bem como de tipos de auxílio prestados pelos membros das redes, os quais foram relacionados a cada função delineada por Sluzki (1997) e adaptada para este estudo. O mapa geral (Figura 1) compila as informações das redes pessoais significativas do conjunto de participantes do estudo.

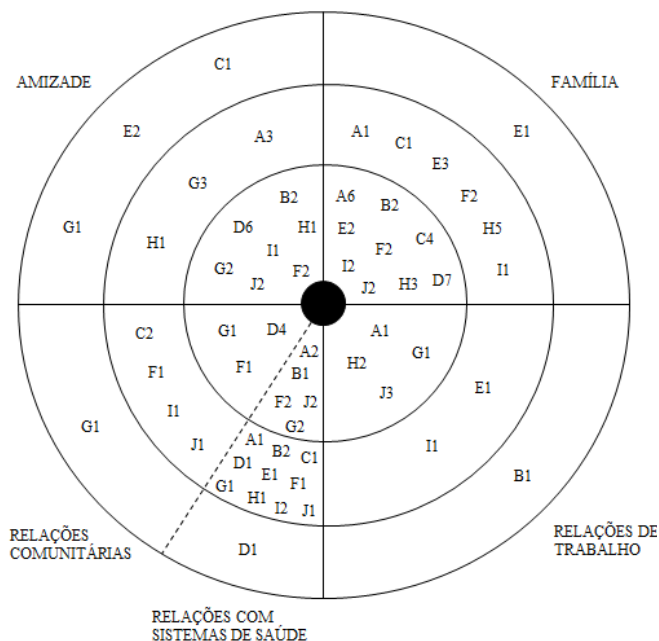


Figura 1. Mapa de Rede Geral das Participantes.

Nota. A frequência de aparição dos vínculos que compõem as redes das participantes é apresentada com os numerais correspondentes e respeitando o posicionamento indicado com base no nível de relacionamento.

As participantes contavam, em média, com aproximadamente 12 vínculos em sua rede pessoal significativa total. Considerando o somatório dos vínculos indicados pelas 10 participantes, o quadrante com mais relações observadas foi o das relações familiares (45), seguido das relações comunitárias (34), relações de amizade (27), e, por último, relações de trabalho ou estudo (10). Os vínculos foram prioritariamente caracterizados como próximos (69), seguidos de intermediários (38) e, por fim, distantes (8). Quanto às funções dos vínculos, predominou a ajuda material e de serviços (70), seguida de companhia social (60), apoio emocional (39), guia cognitivo e de conselhos (30), regulação social (21) e acesso a novos contatos (3), sendo que um mesmo vínculo poderia desempenhar mais de uma função.

Relações Familiares

Foram reconhecidos pelas participantes do estudo como significativos para a maternidade tanto familiares próximos como os da família extensa, compondo, em média, cinco pessoas nas redes. Essas relações caracterizaram-se predominantemente como próximas (31), seguidas de intermediárias (13) e somente uma como distante (1). Apenas uma participante (G) não reconheceu vínculos na área. As relações familiares relacionaram-se, principalmente, com a função de companhia social (32), ou seja, caracterizando-se como as relações que compartilhavam da rotina social cotidiana das participantes; seguidas de ajuda material e de serviços (29), indicando a doação de comida, dinheiro ou objetos às participantes, ou, ainda, à prestação de serviços em determinadas situações; apoio emocional (18), sendo relações dispostas a acolher, demonstrar interesse, preocupação e empatia pelas participantes; e, por fim, guia cognitivo e de conselhos (13), por meio da orientação, aconselhamento ou fornecimento de opiniões sobre os modos de vida de suas famílias.

As participantes destacaram como fundamentais o apoio de seus filhos(as) mais velhos e (8), mães (4), sendo esses os vínculos reconhecidos como de maior intensidade. Quanto aos filhos(as) mais velhos, eles/elas foram destacados como cuidadores dos seus irmãos mais novos, executando tarefas de cuidados básicos e até apoio em aspectos relacionados à educação e disciplina. Ainda, alguns foram reconhecidos como essenciais ao sustento financeiro do lar: “O mais velho [filho, 13 anos] ajuda muito com a pequena. A que tem oito [filha, 8 anos] já aprendeu a mudar também. Eles me ajudam a trocar ela. E o [filho, 9 anos] faz mamã”(-D); “Ele [filho, 20 anos] me ajuda a corrigir eles [filhos, 3,

5, 10 e 11 anos], a educar eles. Eles respeitam mais ele do que eu. E ajuda materialmente quando preciso.”(I)

Nesse tocante, percebe-se que os(as) filhos(as) mais velhos contribuem tanto para a manutenção financeira do lar, como exercendo funções parentais. Almeida (2007), em estudo com mães trabalhadoras pertencentes à classe média e à camada popular, residentes no Rio de Janeiro (RJ), identificou a necessidade de o filho mais velho assumir a responsabilidade sobre o cuidar dos irmãos mais novos na ausência de um familiar próximo ou ainda de vizinhos. Relacionado a isso, Costa e Marra (2013) discutem que, nas famílias monoparentais femininas, principalmente os filhos adolescentes podem auxiliar a família partilhando de tarefas como os cuidados com os irmãos menores ou trabalhando para auxiliar no sustento da casa. Devido a isto, contudo, vivenciam prejuízos nos estudos, tendo em vista o eventual abandono escolar.

Sobre a relação das participantes com suas próprias mães, destaca-se que esta figura não foi incluída na rede de cinco participantes, seja por falecimento desta ou por perda de vínculo. Nas demais redes, as mães das participantes foram indicadas como relações próximas às participantes (3) ou intermediárias (2). Constatou-se que elas exerciam funções de ajuda material e de serviços, companhia social, apoio emocional e guia cognitivo e de conselhos: “Ela [mãe] é importante por tudo. [...] Cuidando dos meus filhos, acho que das opiniões, das conversas. Me ajuda dando conselhos e quando tem alguma conta que eu preciso pagar.” (E)

A literatura demonstra a participação das avós das crianças no seu cuidado, ao exemplo do estudo de Soares e Pedrosa (2014), realizado com cuidadores de crianças residentes de uma comunidade de baixa renda de Recife. Além desse, o estudo de Wottrich e Arpini (2014), com mães coletadoras de material reciclável com filhos crianças e residentes no interior do Rio Grande do Sul, também identificou a importância do lugar ocupado pela avó, sendo a corresponsável por prover os cuidados às crianças e também como alguém com quem a família pode contar em momentos de dificuldade financeira.

Cabe destacar que o ato de cuidar é identificado no presente estudo, para além da mãe, em outras figuras também femininas. Sobre isso, Sarti (2015) aponta que a divisão de papéis nas famílias em situação de vulnerabilidade social costuma se sustentar em noções tradicionais, atreladas ao gênero, de que as mulheres seriam responsáveis e mais aptas ao cuidado da casa

e dos filhos. Relacionado a essas visões tradicionais, L. S. Muñoz (2018) destaca o fenômeno de feminização das redes de apoio, em que outras mulheres são geralmente consideradas pelas mães como mais preparadas para confiarem os cuidados dos seus filhos.

Ainda, destacaram-se nas redes os irmãos(ãs) (13), tios(as) (4), avós maternas (2), primos(as) (2), genros (2), cunhadas (2) e sobrinha (1) das participantes do estudo. Esses familiares foram reconhecidos como relevantes à vivência da maternidade das participantes devido, principalmente, ao auxílio material: “A minha tia, ela também me ajuda comprando comida. Me dá dinheiro quando falta alguma coisa”(E). Também, destacaram-se menções às funções de apoio emocional e de guia cognitivo e de conselhos: “Ela [irmã] dá os conselho, se tô errada ela diz. Eu dou os conselhos pra ela. É, somos, além de irmãs, amigas. Se uma tá sofrendo com alguma coisa, a gente conversa, uma apoia a outra nos sentimentos.”(J)

A escassez de recursos financeiros, atribuída a fatores econômicos e sociais, corresponde a uma dificuldade presente na realidade de famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social (Perucchi & Beirão, 2007), como encontrado neste estudo, sendo que as redes sociais familiares podem auxiliar de modo a complementar esporadicamente o sustento, no que tange, principalmente, às necessidades das crianças. Ainda, Yunes et al. (2007), em estudo com famílias monoparentais gaúchas em situação de pobreza, evidenciaram que a possibilidade de obter ajuda por meio da mobilização da família extensa, bem como a presença de coesão familiar, mostraram-se essenciais para amenizar dificuldades encontradas.

Para algumas participantes, vínculos relacionados à família paterna de seus filhos também foram reconhecidos como significativos, como (ex)sogra(o) (2) ou bisavós dos filhos (2), desempenhando funções de ajuda material e de serviços, guia cognitivo e de conselhos e apoio emocional: “Ele [ex-sogra] já deu muito conselho. É uma pessoa que eu acho que eu posso contar, pras gurias né, quando elas precisarem.”(C). No entanto, apenas na rede de uma participante foi indicada a figura paterna em relação ao filho. Neste caso, observou-se a relevância atribuída à participação do pai na vida dele e ao compartilhamento de seus cuidados pela dupla parental: “Eu e o pai dele a gente divide bem, ele dá um valor em dinheiro e ajuda com roupas. [...] Ele pega pra posar, leva na escola [...] Liga também para saber dele, se estamos precisando de algo.” (F)

A literatura aponta para a pouca ou ausente participação paterna na vida dos filhos no contexto das famílias monoparentais femininas, sobretudo as que vivem em situação de pobreza ou vulnerabilidade social, o que pode explicar o baixo número de relações paternas indicadas neste estudo. As mulheres responsáveis por famílias monoparentais, acessadas através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, estudadas por Cúnico e Arpini (2014a; 2016), por exemplo, apontaram para essa ausência paterna no contexto familiar, referindo não poderem contar com o apoio do ex-companheiro seja em nível afetivo e de cuidados na relação com os filhos, ou em nível de responsabilidades financeiras.

Nesse tocante, cabe diferenciar a ausência paterna no âmbito afetivo, a qual pode ocorrer mesmo quando o pai reside junto aos filhos, da sua ausência física, fruto de situações algumas vezes não controláveis (Sganzerla & Levandowski, 2010), como a morte precoce ou restrição de liberdade, ao exemplo de alguns casos do presente estudo. Em situações em que a ausência paterna poderia ser evitada, tanto em termos afetivos quanto físicos, pode ocorrer o abandono ou o não reconhecimento paterno dos filhos. Além disso, os conflitos derivados da dissolução do relacionamento conjugal podem interpor-se à participação paterna, seja numa tentativa de afastamento do pai pelas ex-companheiras (Cúnico & Arpini, 2013) ou, ainda, por uma circulação permitida aos homens e não às mulheres de responsabilizarem-se unicamente pelos filhos com a nova companheira (Cúnico & Arpini, 2014b). Ademais, por vezes, sobressaem-se concepções de que a mulher é naturalmente mais apta aos cuidados parentais, especialmente no âmbito afetivo, o que leva muitos homens a autorizarem-se ao afastamento dos próprios filhos (Cúnico & Arpini, 2013).

Relações de Amizade

Em média foram reconhecidas aproximadamente três amigas nas redes das participantes. As relações caracterizaram-se predominantemente como próximas (16), seguidas de intermediárias (7) ou distantes (4). Embora tenha havido predominância de vínculos indicados como próximos, observou-se que, no geral, esses eram mais pontuais, ou seja, estiveram presentes e auxiliaram em determinadas situações ou períodos de suas vidas, ou foram indicados como pessoas significativas, mas que, no período da participação neste estudo possuíam pouco contato pessoal com as participantes. Conforme Sluzki (1997), o grau de intimidade

nas relações difere da frequência de contato, mas essas variáveis estão relacionadas. Assim como pode fazer-se necessária à manutenção ativa do contato para garantir a intensidade do vínculo, muitas relações são facilmente reativadas em intensidade ainda que com significativos espaçamentos nos períodos de contato.

As redes de amizade relacionaram-se, principalmente, com a função de companhia social (21), seguidas de apoio emocional (15); ajuda material e de serviços (15) e, ainda, guia cognitivo e de conselhos (11). Observou-se a predominância de mulheres (23) em detrimento de homens (4) nas redes. Destacaram-se as amizades com outras mulheres que também são mães, cujas funções dos vínculos foram reconhecidas como apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, companhia social, em relações de convivência, trocas de experiências, compartilhamento de dúvidas, anseios ou dificuldades relacionadas à maternidade:

A gente acabou se tornando amigas através das crianças que eram colegas na creche. Daí a gente conversa pelo *Facebook*, de perguntar como é que uma tá, como é que os filhos da outra tão. [...] São pessoas que me oferecem apoio. (H)

Somado a isso, identificou-se que as relações de amizade também se caracterizaram pela função de ajuda material e de serviços. Ou seja, foram consideradas pelas participantes aquelas pessoas que auxiliavam no cuidado das crianças, na ajuda com comida, roupas ou materiais para casa, contribuindo ao bem-estar, saúde e sobrevivência familiar: “Tem a Z. [amiga], ela cuidou dos guris por anos. Assim, se eu preciso também, já ela várias vezes levou os guris no médico. Às vezes, eu não podia sair do serviço, ela já levava no médico.”(H)

Constatou-se, portanto, que as participantes do presente estudo indicaram relações de amizade com mulheres bastante relacionadas aos seus filhos ou filhas, tendo sido criadas em função deles(as) ou que se tornaram significativas devido ao auxílio prestado em relação a eles(as), o que novamente pode apontar a uma tendência de feminização das redes e centralidade do cuidado na figura da mulher (L. S. Muñoz, 2018). Em outro sentido, identificaram-se também menções aos vínculos de amizade que se perderam após o nascimento dos(as) filhos(as): “Eu tinha uma amiga, só que agora ela se afastou. Depois que eu tive as gurias [filhas] e ela também teve, a gente se afastou”. (C); “De minhas amigas é a R..Ah, eu considero ela bem próxima de mim. [...] A gente saía, depois ela ganhou neném daí

não deu mais. Mas eu vou lá, eu tomo mate, converso com ela”. (G)

A família possui um ciclo vital, ou seja, estágios de seu desenvolvimento em que diferentes demandas são esperadas. Na família com filhos pequenos, por exemplo, deve existir o amplo engajamento das figuras parentais no cuidado dos filhos, somado às tarefas domésticas e de sustento financeiro (McGoldrick & Shibusawa, 2016). Entende-se que manejar tantas demandas pode levar a família a um menor investimento no convívio social, o que pode explicar em parte os vínculos de amizade com o tempo perdidos pelas participantes. Além disso, pode-se refletir que a dissolução de um relacionamento amoroso também envolva a perda de vínculos de amizade dos sujeitos envolvidos, sendo que, quando se constitui um casal a rede social de ambos os sujeitos que o compõem amplia-se (Sluzki, 1997).

Relações Comunitárias

Em média, foram incluídas aproximadamente três pessoas como relações comunitárias nas redes das participantes. Essas relações caracterizaram-se como próximas (15), intermediárias (16) ou distantes (2). Identificou-se a presença de vizinhos(as) (12) e profissionais, em sua maioria mulheres, ou serviços da área da saúde (13) e da assistência social (9). Tais vínculos relacionaram-se com as funções de regulação social (21), ajuda material e de serviços (17), companhia social (6), apoio emocional (4), acesso a novos contatos (3) e guia cognitivo e de conselhos (2).

Quanto aos vizinhos(as) das participantes, destaca-se que eles foram reconhecidos como desempenhando funções de ajuda material e de serviços, companhia social, guia cognitivo e de conselhos, acesso a novos contatos, além de apoio emocional. Quanto à ajuda material e de serviços, observou-se o auxílio material por meio do fornecimento de roupas, calçados e alimentos e a prestação de serviços ou favores, como levar os filhos ou filhas das participantes na escola ou cuidar deles(as):

Eu tava sem nada e não tinha da onde tirar, então, eles [vizinhos] me ajudaram. É o N., um senhorzinho lá que ajuda bastante e a O. que sempre tá dando roupinha pras gurias e me ajudou bastante também com roupa. (C)

“Às vezes que eu tenho que trabalhar, daí tem uma senhora [vizinha] que eu peço pra ela cuidar o P.

[filho, 2 anos e 6 meses], pegar ele [na creche]. E ela cuida com amor e carinho.”(G)

A ajuda material e de serviços caracterizou-se como fundamental à manutenção das famílias das participantes. Conforme Azeredo (1977/2010), mulheres responsáveis por famílias monoparentais contam com redes de solidariedade para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas no dia a dia, em geral, mulheres que são parentes ou vizinhas. Conforme o autor, isto se relaciona à condição de vulnerabilidade acentuada, em que as mulheres estabeleceriam redes com os mais próximos, seja para o cuidado de seus filhos, como para a realização das tarefas domésticas ou fora da casa, enfrentando dificuldades impostas pela pobreza.

Além disso, pessoas da vizinhança mostraram-se presentes na rotina cotidiana das participantes do presente estudo e algumas lhes conferiam apoio emocional e conselhos, tanto por meio do acolhimento e da disponibilidade de escutar, como da atenção às suas condições de vida e de suas famílias, oferecendo sugestões ou recomendações a respeito: “Ah, a vizinha aqui da frente, sempre dá conselho. Às vezes, a hora que tá precisando, chama e fala: ‘Bah sinto muito alguma coisa’. É um abraço amigo. É uma ajuda já.” (I)

Bem e Wagner (2006) abordam que, frente às frequentes rupturas dos relacionamentos conjugais e da instabilidade do trabalho, famílias de baixa renda necessitam desenvolver formas de sobrevivência que favoreçam o desenvolvimento de seus membros. Assim, é comum que recorram à sua rede familiar mais ampla e aos vizinhos, formando uma rede de solidariedade. Ainda que esta rede nem sempre se consolide, quando se materializa, torna-se um recurso fundamental para que as famílias enfrentem sua condição social e garantam a sobrevivência diante de um contexto social que as oprime, como identificado neste estudo.

Já no que se refere aos profissionais ou serviços indicados nas relações comunitárias, houve menção aos profissionais da área da saúde, como enfermeiras (3), médicos(as) (5), fisioterapeuta (1), agente comunitária de saúde (1) e psicóloga (1), ou, ainda, serviços da área, como Unidades de Pronto Atendimento (2). Esses vínculos foram reconhecidos como, principalmente, de regulação social, seguido de ajuda material e de serviços, embora alguns também tenham sido caracterizados como apoio emocional e acesso a novos contatos. Esta última função refere-se a vínculos que mediam o acesso das participantes a novos contatos, importantes em determinadas situações ou momentos de suas vidas:

“Com a M. [filha, 10 anos] sim, muito ela [psiquiatra] tem me ajudado. [...] Desde que eu trouxe a M., ela que me ajuda, ela conversa com a M. [Ajuda em] como eu tenho que lidar com ela!” (A);

Geralmente é assim, se acontece alguma situação fora do previsto, tem a agente de saúde. [...] Ela está sempre perguntando se precisa de alguma coisa, se o E. [filho, 9 anos] está bem de saúde, se está precisando fazer algum exame. Está sempre cumprindo o papel dela mesmo, mas a gente já tem uma amizade, além disso. (F)

Também foram observadas no estudo menções das participantes sobre a relação com profissionais ou serviços da área da assistência social. Essas relações eram compostas por assistentes sociais (5), conselheiros(as) tutelares (3), além do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (1) como um serviço de referência. Tais relações foram também reconhecidas, predominantemente, como possuindo funções de regulação social, ajuda material e de serviços, apoio emocional, e acesso a novos contatos: “Tem a P. [assistente social]. Ela deu conselho pra ver do Bolsa Família, deu conselho sobre as crianças, tudo. Comida também que ela conseguiu aqui pra mim. Que eu tava só por ajuda mesmo.”(D);

A I. é conselheira [tutelar] das crianças. [...] Todas as vezes que tentaram tirar as crianças, afastar meus filhos de mim, por causa da separação, do que eu tive que trabalhar pra sustentar eles, ela sempre interferiu e me ajudou. Não deixou tirar aquilo que era meu. (J)

Devido à quantidade significativa de menções aos profissionais e serviços, seja de saúde ou de assistência social, percebe-se que esses se fazem presentes de forma significativa na vida de famílias em situação de vulnerabilidade social. De fato, instâncias sociais devem responsabilizar-se por prover e facilitar o acesso a serviços de apoio e sobrevivência, bem como a inclusão das famílias em redes sociais de atendimento e de solidariedade. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2005), órgão extinto com a edição da Lei N° 13.844 (2019), preconizou ações aos sujeitos e grupos que vivenciam situações de risco e vulnerabilidade. O CRAS, serviço através do qual se acessou as participantes deste estudo, integra a proteção social básica, desenvolvendo ações com a finalidade de garantir os direitos sociais aos cidadãos, como os articulados à saúde, previdência e outras políticas públicas.

Os achados desta pesquisa salientam a importância da política de assistência para a garantia da sobrevivência de muitas famílias que vivem em condições adversas, seja no caso deste estudo por meio do apoio prestado em serviços como o CRAS ou do programa de distribuição de renda recebido pela maioria. Programas sociais como o Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Benefício de Prestação Continuada para idosos e pessoas com deficiência, que vigoraram principalmente entre 2004 até 2014, beneficiaram muitas mulheres com filhos ou gestantes. Contudo, Nunes e Amicucci (2020) salientam os retrocessos nos direitos relacionados à política de assistência social no Brasil, principalmente a partir de 2016, identificando cortes e ações seletivas que dificultaram a efetivação dos programas e benefícios, comprometendo a garantia de direitos à população.

Ainda a respeito do auxílio prestado por profissionais e serviços, cabe destacar algumas percepções sobre este ser esporádico, pouco constante ou, por vezes, considerado inadequado, conforme exemplificado na fala de H:

Pra eles tanto faz da onde que eu ia tirar pra levar minha filha na escola, o importante pra eles é que ela tivesse na escola. [...] Aí eu achei um descaso, porque pra certas coisas eles puderam ir na minha casa, mas quando eu precisei... (H)

Nesse tocante, Sluzki (1997) discute que, por vezes, as relações construídas por agências e instituições sociais com famílias em situações de pobreza ou vulnerabilidade social reforçam o sentimento de falta de controle delas sobre seu meio. Isto porque muitos dos procedimentos e interações são baseados em relações estigmatizantes e de poder, colocando as famílias na posição de quem carece do controle exercido pelas instâncias sociais. Com relação a isto, L. A. Muñoz, Sanchez, Arcos, Vollrath, e Bonatti (2013), em estudo com mães chilenas de uma comunidade em situação vulnerável, entendem que pode haver distanciamento e falta de compreensão por parte dos profissionais quanto à condição de vulnerabilidade e pobreza das famílias, o que resultaria da interação atravessada por relações assimétricas e superficiais. Assim, os autores destacam a necessidade de maior compreensão das vivências das mães, tanto em nível de prevenção e promoção de práticas parentais, quanto em construção de espaços que garantam e promovam os seus direitos.

Por outro lado, cabe destacar a predominância da função de regulação social por parte dos profissionais

dos serviços, seja de saúde ou de assistência, a qual se refere à reafirmação de responsabilidades e papéis, neutralização de desvios de comportamento ou estabelecimento de limites em relação à exposição a fatores de risco. Conforme Sluzki (1997), tal função é importante para favorecer a resolução de conflitos e proteger a família de situações de risco. Isto porque, conforme o autor, o olhar do próximo contribui para controlar ou questionar os comportamentos desviantes, sendo que em famílias com muita rigidez de fronteiras ou pobreza de redes ocorre a redução de pressão para a manutenção de normas sociais, gerando condições que favorecem violências ou outros fatores de risco.

Relações de Trabalho

Em média, as participantes reconheceram uma pessoa nesta área, sendo que três participantes não indicaram nenhum vínculo de trabalho. Assim, foram identificados patrões ou patroas (10) que exerciam ou exerceram funções como de ajuda material e de serviços (9), guia cognitivo e de conselhos (4), apoio emocional (2) e/ou companhia social (1). As relações foram caracterizadas como próximas (7), seguidas de intermediárias (2) e distantes (1).

No que concerne à ajuda material e de serviços, destacou-se a importância dos “patrões” e “patroas”, tanto por terem oferecido a oportunidade de emprego às participantes do estudo, até suas contribuições com doações de roupas ou alimentos: “Olha, apareceu em boa hora esse serviço dela [patroa], [...] porque eu tava apavorada como é que eu fazer com 350 [reais], porque pra três guris, né.” (B); “[Patrões] Ajudam materialmente, ajudam bastante. Roupas, calçado, materiais pra casa, comida, dinheiro, tudo eles ajudam.”b(J)

Além dos deveres relacionados ao pagamento pelos serviços prestados ou às doações oferecidas, alguns patrões auxiliavam as mulheres do presente estudo por meio da compreensão, consolo e empatia às suas fragilidades e de suas famílias, demonstrando-se interessados e preocupados com sua situação. Além disso, lhes forneciam modelos de conduta, dividindo opiniões, sugestões e recomendações a respeito de seus modos de vida:

Ela [patroa] não me tratava como empregada, mas como alguém da família. Ela não via em mim só a limpeza da casa dela, ela via amizade. [...] Tinha uma relação muito boa mesmo. E tudo que ela podia me ajudar ela me ajudava, e o que ela também não podia, ela achava uma forma de ajudar.

Material, espiritual, conselhos, moral ela tentava levantar. (J)

Sobre esses aspectos, o estudo de Álvarez (2003) com mães chefes de família na cidade de Uberaba (MG) também evidenciou que os padrões dessas mulheres contribuíam de forma material com a manutenção de suas famílias. O auxílio prestado referia-se às doações de objetos, roupas, calçados e alimentos. Também Favaro (2009) identificou que mulheres chefes de famílias monoparentais de baixa renda em Campinas (SP) podiam contar em suas redes sociais com a ajuda de pessoas para quem trabalhavam. A ajuda referia-se principalmente a alimentos ou adiantamento do salário, mas houve casos em que as mulheres também relataram auxílio para, por exemplo, recolher as informações e a documentação necessária para concorrer a casas populares, o que pode demonstrar a preocupação dos padrões para com as condições de vida de suas famílias, conforme também encontrado neste estudo.

Destaca-se que a área de relações de trabalho foi a com menos vínculos identificados nas redes das participantes em geral, o que permite exemplificar a realidade do desemprego ou fragilidade das ocupações de muitas delas. Perucchi e Beirão (2007) também identificaram que, frente à responsabilidade de sustento do lar, mulheres catarinenses chefes de família assumiam múltiplas jornadas de trabalho, em trabalhos formais e informais, de atividades com e sem registro na carteira de trabalho e, geralmente, na área de prestação de serviços. Somado a isso, entende-se que a dificuldade em conseguir vínculo empregatício pode envolver fatores como a baixa escolaridade ou a necessidade de flexibilidade de horários, a fim de atender as demandas familiares, o que, por sua vez, pode refletir uma realidade de ausência de creches, políticas públicas ou outras redes de apoio, sejam formais ou informais, de amparo à infância.

Ausência ou Insuficiência das Redes Pessoais

Com relação às diferentes relações (familiares, de amizade, comunitárias ou de trabalho), as participantes do estudo demonstraram a ausência ou a insuficiência das redes pessoais, o distanciamento ou a pouca busca pela rede, bem como o baixo convívio social: “Foi o que eu disse no começo, ia sair meia dúzia de gato pingado [no mapa de rede]. [...] Eu sei que não fazem por mim. Fazem por causa deles [filhos], não por mim. Ninguém faz nada por mim” (A); “Pessoas pra ajudar nunca tem. É difícil. [...] São essas pessoas [no mapa de redes]. É

pouco, mas é só. Eu sair de casa, não saio. Só dentro de casa mesmo”. (E)

Pode-se discutir a respeito das fronteiras do sistema de suas famílias, relacionadas às regras que definem quem participa e de que maneira na vida familiar, possuindo a função de proteger a diferenciação do sistema (Minuchin, 1982). Entende-se que as redes pessoais configuradas serão maiores ou menores dependendo do tipo de fronteira familiar. Assim, apesar das participantes do estudo não terem indicado de forma direta fechamento ou pouca permeabilidade de suas redes, pode-se refletir sobre em que medida admitem a entrada de pessoas e quais as condições desta participação, tendo em vista que podem sentir-se julgadas ou questionadas quanto a forma com que desempenham a maternidade, por exemplo. Somado a isso, entende-se que a própria situação de vulnerabilidade social pode reduzir as capacidades relacionais dos sujeitos e famílias. Isto porque, conforme Cronemberger e Teixeira (2013), as condições adversas de vida e a luta pela sobrevivência diante da pobreza, levam à quebra ou enfraquecimento de vínculos relacionais, ao abandono ou à ausência de cuidados.

Constatou-se que a insuficiência de apoio recebido desencadeava sentimentos de solidão e desamparo em algumas das participantes do presente estudo, além de sobrecarga e cansaço relacionados a um acúmulo de funções: “Eu me sinto muito oprimida dentro de casa. Não tem ninguém. Tu te sente sozinha. Eu não saio de casa. Fico só aqui no pátio. Ninguém vem aqui também. [...] Eu gostaria de ter mais pessoas com quem pudesse falar” (I);

Tem dias que eu fico bem cansada. Eu levanto já com aquela ansiedade, vontade de chorar. Porque é difícil tu estar, muitas vezes, dependendo dos outros. [...] Muitas vezes faltava até alimento pras crianças, porque eu não podia fazer uma faxina, porque não me ajudavam a cuidar das crianças pra eu poder ir fazer. (B)

A literatura aponta que mulheres responsáveis por famílias monoparentais femininas, sobretudo em situação de vulnerabilidade social, podem vivenciar essa sobrecarga de funções, no que precisam assumir o sustento do lar e a educação dos filhos, frente a empregos mal remunerados e sem o suporte paterno para a partilha das responsabilidades no cuidado com eles (Cúnico & Arpini, 2014a; Perucchi & Beirão, 2007). Relacionado a isto, em estudo com mulheres porto-alegrenses que compunham famílias monoparentais, Grzybowski

(2002) evidenciou a insatisfação com o apoio recebido, seja proveniente de profissionais, familiares ou de amizades, sendo que, não satisfeitas com os relacionamentos sociais, as mulheres demonstravam tendência a um superinvestimento na maternidade, centrando-se no(s) filho(s).

A respeito do cansaço evidenciado por algumas participantes, relacionado à sobrecarga e frente à insuficiência de apoio, um estudo sobre famílias monoparentais norte-americanas (Koulougliot, Cole, & Moskow, 2011) também identificou que as figuras maternas se deparavam com a falta de energia para gerenciarem as demandas de seus filhos, sendo que a falta de apoio familiar e a pressão financeira exacerbavam suas dificuldades cotidianas. Ainda, Olhaberry e Farkas (2012) constataram maiores níveis de estresse em mães chilenas, responsáveis por famílias monoparentais de baixa renda, o qual estava bastante relacionado à percepção de si em seu papel materno e às dificuldades na interação com a criança.

Considerações finais

Este estudo buscou compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para a maternidade de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social. A importância das redes nesse contexto foi reconhecida, sendo que familiares, amigos(as), vizinhos(as), patrões/patroas e profissionais/serviços participavam de diferentes formas na manutenção das famílias e na vivência da maternidade.

Pôde-se destacar, principalmente, a ajuda material e de serviços, por meio do fornecimento de alimentos, roupas e calçados, por exemplo, importantes à manutenção e sobrevivência familiar; a companhia social, caracterizando o compartilhamento da rotina cotidiana; o apoio emocional, relevante ao enfrentamento dos sentimentos de sobrecarga e às histórias de vida marcadas por fragilidades, mediante o acolhimento e empatia para com essas questões; o auxílio como guia de conselhos, importante à educação dos filhos; e a regulação social, reafirmando e as responsabilidades das mães para com seus filhos e prevenindo-os de situações de risco. Contudo, o isolamento social, sentimentos de solidão e de que as redes eram insuficientes também foram verificados a partir das percepções das participantes.

Considera-se importante conferir visibilidade às redes pessoais significativas das mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, no que as redes se encontram atreladas à

promoção de saúde e desenvolvimento em contextos adversos. Assim, entende-se que as redes possam favorecer o fortalecimento dessas mulheres, sendo reconhecidas como potencialidades presentes no contexto de suas próprias famílias e tendo em vista a possível fragilização dos vínculos de convivência. Além disso, o apoio ofertado pelas redes pode repercutir positivamente no comportamento materno, no que as mães sintam-se mais amparadas ou legitimadas no exercício das funções parentais.

Somado a isto, entende-se a relevância de ampliar os estudos sobre as redes pessoais significativas a fim de fomentar práticas profissionais que as incluam nas intervenções. Em especial, defende-se a sua consideração no fazer dos profissionais que atuam com famílias em situação de vulnerabilidade social na política de assistência, tendo em vista o seu compromisso com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Assim, faz-se necessário superar noções que pessoalizam na mulher a responsabilidade pelo lar e pelos filhos, o que contribui para a sua sobrecarga e ao superinvestimento na maternidade, entendendo que demais esferas sociais, como o pai, a família extensa, a comunidade, as agências de saúde e assistência social e o Estado devem ser também responsabilizados.

O presente estudo avançou em conhecimento científico relacionado à temática em foco. Contudo, cabe ressaltar que os resultados desta pesquisa referem-se a um momento específico na vida das participantes e que estudos futuros podem concentrar-se em diferentes períodos de tempo, a fim de verificar a mobilização das redes conforme a modificação nas demandas do ciclo vital familiar. Ainda, entende-se que são necessários estudos que investiguem a dinâmica das redes em outros contextos familiares, sociais, culturais e econômicos, tendo em vista a ampla diversidade de arranjos e contextos familiares no Brasil.

Referências

- Almeida, L. S. (2007). Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. *Revista do Departamento de Psicologia UFF*, 19(2), 411-422. doi: 10.1590/S0104-80232007000200011
- Álvarez, L. C. (2003). *Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, São Paulo). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98552>
- Azeredo, V. G. (2010). Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. *Serviço Social & Sociedade*, (103), 576-590. doi: 10.1590/S0101-66282010000300009

- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (L. A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)
- Bem, L. A., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 63-71. doi: 10.1590/S1413-73722006000100008
- Carloto, C. M. (2005). A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 4(1), 1-17. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/994>
- Costa, F. A. O., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-156. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v21n1/a11.pdf>
- Cronemberger, I. H. G. M., & Teixeira, S. M. (2013). Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. *Revista Eletrônica Informe Econômico*, 1(1), 17-26. Recuperado de <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/economiaufpi/article/view/1267/990>
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2013). O afastamento paterno após o fim do relacionamento amoroso: um estudo qualitativo. *Interação em Psicologia*, 17(1), 99-108. doi: 10.5380/psi.v17i1.27560
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2014a). Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. *Aletheia*, 43(44), 37-49. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n43-44/n43-44a04.pdf>
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2014b). Não basta gerar, tem que participar?: Um estudo sobre a ausência paterna. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(1), 226-241. doi: 10.1590/S1414-98932014000100016
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2016). Significados de paternidade em famílias monoparentais femininas. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 40-48. doi: 10.24879/201600100020058
- Favaro, C. S. (2009). *Ser pai e mãe ao mesmo tempo: organização doméstica, estratégias familiares e redes sociais de mulheres chefes de domicílios monoparentais* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo). Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281904>
- Fonseca, F. F., Sena, R. K. R., Santos, R. L. A., Dias, O. V., & Costa, S. M. (2013). As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Revista Paulista de Pediatria*, 31(2), 258-264. doi: 10.1590/S0103-05822013000200019
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27. doi: 10.1590/S0102-311X2008000100003
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- González-Rey, F. L. (2011). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning.
- Grzybowski, L. S. (2002). Famílias monoparentais – mulheres divorciadas chefes de família. In A. Wagner. (Org.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp. 39-53). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hoghugh, M. (2004). Parenting – An introduction. In M. Hoghugh & N. Long (Orgs.), *Handbook of parenting: Theory and research for practice* (pp. 07-28). Londres: SAGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD-Contínua. Coordenação de População e Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: Autor.
- Koulouglioti, C., Cole, R., & Moskow, M. (2011). Single mothers' views of young children's everyday routines: A focus group study. *Journal of Community Health Nursing*, 28(3), 144-155. doi: 10.1080/07370016.2011.589236
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019. (2019, 18 de junho). Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm
- McGoldrick, M., & Shibusawa, T. (2016). O ciclo vital familiar. In F. Walsh. (Org.), *Processos normativos da família: diversidade e complexidade* (4ª ed., pp. 375-398). Porto Alegre: Artmed.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O Desafio do conhecimento* (14ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)*. Brasília, DF: autor. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento & tratamento* (J. A. Cunha, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Moreira, M. I. C. (2013). *Novos rumos para o trabalho com famílias*. São Paulo: Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente – NECA. Recuperado de <http://www.neca.org.br/wpcontent/uploads/novos%20rumos%20para%20o%20trabalho%20com%20familias.pdf>
- Muñoz, L. A., Sanchez, X., Arcos, E., Vollrath, A., & Bonatti, C. (2013). Vivenciando a maternidade em contextos de vulnerabilidade social: uma abordagem compreensiva da fenomenologia social. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, 21(4), 913-919. doi: 10.1590/S0104-11692013000400012
- Muñoz, L. S. (2018). Relaciones de género y arreglos domésticos: Masculinidades cambiantes en Concepción, Chile. *Polis (Santiago)*, 17(50), 183-204. doi: 10.4067/S0718-65682018000200183
- Nunes, E. P. O., & Amicucci, E. M. M. (2020). A contrarreforma na política de assistência social. *Revista Humanidades e Inovação*, 7(2), 55-63. doi: 0000-0001-5887-8201
- Olhaberry, M., & Farkas, C. (2012). Estrés materno y configuración familiar: estudio comparativo em famílias chilenas monoparentales y nucleares de bajos ingresos. *Universitas Psychologica*, 11(4), 1317-1326. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v11n4/v11n4a24.pdf>
- Oliveira, T. M. V. (2001). Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. *Administração OnLine*, 2(3). Recuperado de https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_nao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf
- Perucchi, J., & Beirão, A. M. (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, 19(2), 57-69. doi: 10.1590/S0103-56652007000200005
- Pinto, R. M. F., Micheletti, F. A. B. O., Bernardes, L. M., Fernandes, J. M. P. A., Monteiro, G. V., Silva, M. L. N., ... Cohn, A. (2011). Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serviço Social & Sociedade*, (105), 167-179. doi: 10.1590/S0101-66282011000100010

- Resolução nº 510.* (2016, 07 de abril). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Resolução nº 466.* (2012, 12 de dezembro). Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Sarti, C. (2015). Famílias enredadas. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: redes, laços e políticas públicas* (6ª ed., pp. 31-48). São Paulo: Cortez.
- Sganzerla, I. M., & Levandowski, D. C. (2010). Ausência paterna e suas repercussões para o adolescente: análise da literatura. *Psicologia em Revista*, 16(2), 295-309. doi: 10.5752/P.1678-9563.2010v16n2p295
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Soares, S. S., & Pedrosa, M. I. P. C. (2014). *A rede de cuidadores de crianças em uma comunidade de baixa Renda* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife). Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16576>
- Verza, F., Sattler, M. K., & Strey, M. N. (2015). Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando Famílias*, 19(1), 46-60. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100005&lng=pt&tlng=pt
- Wottrich, S. H., & Arpini, D. M. (2014). Cuidados Necessários à Infância: um estudo com mães coletadoras de material reciclável. *Temas em Psicologia*, 22(2), 471-482. doi: 10.9788/TP2014.2-16
- Yazbek, M. C. (2001). Pobreza e exclusão: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, 2(3), 33-40.
- Yunes, M. A. M., Garcia, N. M., & Albuquerque, B. M. (2007). Monoparentalidade, Pobreza e Resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades de convivência familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 444-453. doi: 10.1590/S0102-79722007000300012

Mônica Sperb Machado, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço para correspondência: Avenida Roraima, nº 1000, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Prédio 74B, sala 3206A, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria/RS. CEP: 97.105-900. Telefone: +55(55)3220-9233. Email: monicasperb@hotmail.com

Caroline Rubin Rossato Pereira, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutorado Sanduíche pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/University of Michigan, Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: carolinerrp@gmail.com

Recebido em 18.set.19
Revisado em 13.set.20
Aceito em 17.nov.20